

# Herança, Transformação e Cenários: Uma análise compreensiva da conjuntura<sup>1</sup>



*“Escrevo o que eu quero”<sup>2</sup>*

Belo Horizonte<sup>4</sup>  
Novembro de 2007

Deivison Souza Cruz <sup>3</sup>

1 - Texto escrito de março a junho de 2005, sob orientação da Prof. Dra. Marta Zorzal e Silva - coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos, vinculado ao Dpto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (LEP-DCSO/UFES) e apresentado em público pela primeira vez no Fórum IUPERJ/DCP-UFMG / UFPE, realizado em 07 e 08 de novembro de 2007 - coordenado pelo Centro de Estudos Legislativos (CEL - DCP - UFMG).

2 - Ativista sul-africano na luta contra o apartheid.

3 - Cientista Social (UFES) e mestrando em Ciência Política na UFMG, associado ao Centro de Estudos Legislativos (CEL - UFMG). E-mail: dsouzacruz@yahoo.com.br.

4 - Esta versão sofreu correção gramatical em relação a versão de junho de 2005 para a apresentação neste fórum.

### **Dedicatória**

Dedico este artigo à prof(a) Dr(a) Marta Zorzal(DCSO-UFES), ao qual a oportunidade que me confiou permitiu que se produzisse este texto, e ao prof. Dr. Alberto Tosi Rodrigues(*in memoriam*). Texto este que vos apresento em uma versão muito além de minhas expectativas iniciais e do objetivo demandado. Neste trabalho percebi que o esforço de compreensão dos processos sociais conta com muitos adversários, que embora diferentes, se levantam para atacar uma tentativa de análise séria. Além dos problemas materiais e intelectuais, aparecem o pessimismo e os pessimistas, o otimismo e os otimistas, o bom senso, o meio termo e o senso comum, a neutralidade e o panfletarismo. Para superá-los, mostraram-se primordiais as perguntas formuladas anos antes. Questões estas que se acumulavam desde meados de 2002, período em que se iniciou o processo eleitoral que levou Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Neste ponto, ao ser útil para responder parte de minhas dúvidas - percebi que se tratava de questões compartilhadas por outras pessoas - o que me levou, por isto, a aprofundar na sua elaboração e encontrar possíveis respostas que - sendo estas compartilhadas ou não - ao menos sirvam de pista para respostas definitivas para outros. Hora, em um momento em que se anuncia mais uma crise do governo federal - seja ela falsa ou verdadeira - tão importante quanto à crítica que possa merecer este trabalho, espero que se mostre como peça importante para a compreensão do atual momento político por que passa o país.

### **Agradecimentos**

Ao Centro de Estudos Legislativos(CEL-DCP-UFMG), na pessoa dos prof. Dr's Mária de Fátima Anastásia, Carlos Ranulfo Félix de Melo e Magna Inácio, por ter oportunidade de - na condição de mestrando em Ciência Política - apresentar - mesmo tendo sido escrito a mais de dois anos - pela primeira vez, tal texto a um público.

### Resumo

Escrito de março a junho de 2005, originalmente, este texto se dividiria quatro partes, compreendendo Conjuntura Internacional, Nacional, Estadual (ES) e Cachoeiro de Itapemirim. A versão aqui apresentada conta com a primeira e segunda parte, dedicada à conjuntura internacional e nacional. Passados dois anos, tal apresentação deste texto ao debate – ainda não sujeito a crítica - não pode ser entendida como extemporânea uma vez que duas questões precisariam ser respondidas: (a) a primeira relacionam-se às diversas leituras do cenário político (principalmente nacional) realizadas em 2005 (a chamada “*crise do mensalão*”); passados mais de dois anos, (b) a segunda relaciona-se a plausibilidade das conclusões elencadas na análise e desta, quais (b’) traços continuam persistindo, (b’’) ou se transformaram, ou seja, a sua acuidade e atualidade. Na primeira parte (conjuntura internacional) aborda o conjunto de transformações ocorridas na arena internacional a partir da reação diplomática dos países membros da ONU contra o unilateralismo dos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001 e posteriores contra Afeganistão e Iraque. Busca caracterizar, também, a emergência da multipolaridade na pauta internacional. Deste conjunto aparecem questões relevantes nos países Latino-Americanos - com ênfase à política externa do Brasil. Na segunda parte (conjuntura nacional), o eixo do debate refere-se à mudança na correlação de forças entre trabalhadores, elites econômicas, forças políticas e sociais, a partir do segundo mandato de FHC . Tais mudanças estariam se cristalizando com a eleição de Lula em 2003. Aparecem como peças chaves para compreender os termos “*pacto social*” e “*governo de coalizão*”, cujo conteúdo encontrava-se articulado ao contexto discursivo dos atores, sendo tal compreensão uma base para o entendimento da governabilidade naquele período governo.

**Palavras chaves:** Conjuntura internacional, conjuntura nacional, governo Lula.

## ÍNDICE

I - Conjuntura Internacional:

**Bipolaridade, unipolaridade e multipolaridade** ..... 4

II - Conjuntura Nacional:

**Pacto social e governo de coalizão** ..... 9

## I - Conjuntura Internacional: Bipolaridade, unipolaridade e multipolaridade

De 1945 até 1987, o mundo foi dominado pela polaridade entre os EUA, liderando política, ideológica e militarmente os países capitalistas, e a URSS, força maior do bloco socialista. Em decorrência do relativo equilíbrio das superpotências, tal equilíbrio serviu como contraposição e salvaguarda dos países em desenvolvimento na arena política internacional, permitindo que os movimentos anticolonialistas e desenvolvimentistas cresceram nos países na época pertencentes ao então chamado Terceiro Mundo.

Com o fim do chamado “*socialismo real*”, ao invés do esperado mundo de paz e prosperidade, o que emergiu foi o unilateralismo dos EUA, exemplificado pela hegemonia do neoliberalismo, pela guerra do Iraque (1992) e pelas diversas intervenções militares na década de 90 e início deste século. A derrota do bloco socialista significou uma dura derrota ideológica e crise do conjunto da esquerda que reivindicava ou não, com ou sem críticas, tal experiência, e retirou, também, a salvaguarda internacional para países em desenvolvimento se descolassem do capitalismo ou negociassem, na correlação de força internacional, caminhos alternativos de desenvolvimento.

Seguiu-se, na década de 90, o esvaziamento dos governos em prol das agências, organismos financeiros internacionais, empresas transnacionais e capital especulativo (sob o título dos “*mercados*”). A agenda neoliberal - proposta para resolver a crise do capital que se arrastava desde a década de 70 - objetivou criar um novo processo de acumulação a partir do fim do Welfare State, sendo eficaz para retirada de direitos sociais e para acelerar a centralização do capital. Propugnou, apresentar-se como sinal de esgotamento do Estado-Nação, das políticas sociais e do controle e intervenção do Estado na economia.

A hegemonia neoliberal, ao impor a exclusividade do mercado como ente capaz de resolver todos os problemas humanos, transformando cidadãos em consumidores, só tem

sentido compreendendo-se a paralisia e crise de referências da esquerda neste período. O desmonte do Welfare State e a diminuição dos investimentos sociais nos países em desenvolvimento ocorreu na esteira da derrota ideológica da esquerda.

A internacionalização da economia, através dos mecanismos de troca e formação de blocos regionais (Nafta, UEE), tornaram-se parte de uma nova assimetria e divisão internacional do trabalho na relação com os países do sul, em desenvolvimento. As seguidas crises financeiras provocadas pelo capital especulativo (Rússia, Tigres Asiáticos, México, Argentina e Brasil) levaram a recessões econômicas e desfizeram a esperança em novas rotas de desenvolvimento dos países que aplicaram o receituário do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Seja nos países em desenvolvimento (EZLN, MST, FARC, sindicatos e partidos), seja nos países desenvolvidos (ONG's, ambientalistas, etc), tal política não se deu sem resistências. Ao fim da década de 90, os movimentos sociais cunhou lutas políticas capazes de mobilizar milhões de pessoas no mundo todo contra as medidas neoliberais. Os conflitos em Seattle, Washington DC e na Europa se somaram aos movimentos sociais dos países em desenvolvimento, acumulando para as experiências do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e Índia.

Em fins da década de 90, o aprofundamento das críticas aos parcos efeitos sociais das medidas econômicas e a crescente resistência social marcou o declínio da hegemonia ideológica do neoliberalismo. Tal acúmulo levou ao debate, na intelectualidade de esquerda, sobre os caminhos do “*pós-neoliberalismo*”. Ao fim da década, do ponto de vista real e simbólico, os novos movimentos sociais antecederam os partidos, em uma situação em que a esquerda internacional, principalmente européia, transformou-se em gestora neoliberal ao chegar ao governo nas décadas de 80 e 90. Mas seria

justamente a responsabilidade última dos partidos, no que tange à disputa do poder, a tarefa de inovar o ideário ideológico. Todavia, apontando para uma tendência de retomada de projetos consistentes de modo mais lento que a chegada aos governos, tal inovação não têm ocorrido.

Mas o ponto de inflexão nesta tendência de ascensão da esquerda foram os ataques terroristas ao World Trade Center (WTC) em 11 de setembro de 2001 nos EUA. Não cabe aqui discutir os atentados, seu significado e suas razões, o que é decisivo é que este ataque terrorista permitiu uma justificativa eficiente para a retomada da iniciativa política dos EUA frente a múltiplos fatores, como declínio ideológico do neoliberalismo, à organização da União Européia (cujo Euro representava uma ameaça frente ao Dólar, lembrando que o Iraque pretendia trocar suas reservas de Dólar para Euro), à sua crise energética, no caso de acesso a petróleo.

É a partir deste momento que os EUA impuseram sua pauta internacional de combate ao terrorismo, buscou consolidar expressões ideológicas capazes de justificar novas guerras, exemplificado nos termos de “guerra infinita”, “eixo do mal” e “choque de civilizações”. Tais expressões permitiram conjugar interesses políticos, econômicos e ideológicos. Mas não significava apenas um ataque ao Oriente Médio e Coreia, mas imposição de uma nova correlação de força. A este respeito, sob o argumento de abrigar terroristas, mesmo a América do Sul, a partir da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil, Uruguai) poderiam ser atacados, segundo relatório dos EUA, nove dias após o atentado de 11 de setembro.

Uma vez que não conseguiu subordinar o Conselho de Segurança, a decisão, por parte dos EUA, de iniciar guerra ao Iraque unilateralmente, feriu um dos princípios basilares da Carta das Nações e pôs em cheque a própria ONU. A oposição da França, Alemanha e Rússia ao ataque, por um lado, tiveram, em contraposição, no período, o apoio da Inglaterra, Espanha e Itália. Ou seja, reafirmou a aliança dos países anglófonos desenvolvidos, bem como de governos conservadores. A oposição

mundial à guerra, feito por governos, bem como pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, viu-se nublado, mas não silenciado, pela poeira dos escombros, estrondos de bombas e sons de marchas militares dos EUA.

Quase isolado na 58ª Assembléia Geral da ONU, em fins de 2003, o presidente norte-americano George Bush foi duramente criticado por vários líderes de Estado. Uniram-se contra a invasão Kofi Annan (ONU), Chirac (França), Schröder (Alemanha) e Putin (Rússia), juntamente com Lula (Brasil), China, Indonésia e a maioria dos países em desenvolvimento. Tais contraposições aos EUA, em relação às guerras do Afeganistão e Iraque, podem ser exemplificadas por trechos do discurso do presidente francês Jacques Chirac, que afirmou: “*não há alternativa às Nações Unidas*”: “*num mundo aberto, ninguém pode agir em nome de todos e ninguém pode aceitar a anarquia numa sociedade sem regras*”. “*O respeito à Carta [da ONU], o uso da força estão no coração do debate*”, continuou o líder francês. “*Desencadeada sem a autorização do Conselho de Segurança, a guerra [contra o Iraque] abalou o sistema multilateral*”. Para Chirac, o “*multilateralismo*” é “*essencial*” – em contraposição ao “*unilateralismo*”, isto é, um cenário de uso unilateral da força - e apenas ele [o multilateralismo] “*assegura a participação de todos na gestão dos assuntos do mundo e garante a legitimidade e a democracia*”.

É justamente nesta brecha que, simbolicamente, sob os escombros da ONU após a Guerra do Afeganistão e no processo de invasão do Iraque pelos EUA, que a política internacional brasileira, após a posse do governo Lula, encontrou um campo fértil para construir uma ação diplomática calcada no multilateralismo, pois havia uma clara legitimidade internacional que dava sustentação à esta política. Sinais efetivos neste sentido se deram já antes da posse, com o deslocamento de técnicos e de navios tanques com gasolina e diesel para a Venezuela, como meio de apoio ao governo de Chavez, em meio a uma greve que ameaçava a estabilidade de seu governo. Em seguida, a persistência do clima de insegurança e comoção internacional em função dos destinos da

ONU, principalmente com a morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, representante da ONU no processo de reconstrução do Iraque, propiciou um aprofundamento das críticas aos EUA. Neste sentido, a política externa brasileira soube aproveitar e operou em um momento de vazios de projetos da ONU e perda de credibilidade dos EUA.

Já em seguida à posse, em 2003, Lula foi o único presidente a estar presente no Fórum Econômico Mundial e ao Fórum Social Mundial. Neste sentido, representou uma *ponte* de diálogo entre estas duas agendas, e não uma ruptura. E o próprio Fórum de Davos buscou representar uma mudança de agenda internacional ao incluir temas sociais. O sentido desta *ponte* entre o social e econômico é de que cabe aos governos o protagonismo de coordenar o desenvolvimento, gerando oportunidades e freando a tendência autofágica do capital. Embora não busque romper com o capitalismo, tal guinada antineoliberal apresenta elementos discursivos na defesa de um crescimento internacional mais equânime, capaz de diminuir os conflitos e guerras (a lógica da “*destruição criadora*” do capital) que, assim como a financeirização, tem sido uma alternativa sempre presente para o capital em momentos de queda de rendimentos.

Todavia, a habilidade diplomática expressa na construção do protagonismo brasileiro na política internacional não se deu por acaso, não foi nenhum “*passeio*”, mas sim fruto de um contexto e de um posicionamento que contou com o apoio dos governos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento que se opuseram a unipolaridade dos EUA. Assim a nova orientação diplomática brasileira, objetivando em uma posição destacada do Brasil no cenário internacional e calcada na relação privilegiada com outros países em desenvolvimento ocupou o lugar da oposição tímida aos países desenvolvidos preponderante no governo FHC. Tal diferença pode ser sentida na ação de defesa da ONU a partir de sua reforma, buscando reforçar a multipolaridade a partir do aumento do número de países no Conselho de Segurança (mesmo com a presença do Brasil sem poder de veto).

A escalada militarista expressa na agenda do terrorismo, tiveram em contraposição a agenda da fome, o questionamento dos subsídios agrícolas e a conversão dos valores gastos em programas sociais como investimentos. No campo econômico, partiu-se para questionar a desigualdade dos mecanismos de trocas e de financiamento internacional, que criaram novas assimetrias ao passo que aprofundaram antigas dependências norte-sul. Algumas destas questões foram postas em debate em diversos momentos na OMC, com vitórias em relação ao algodão, soja, carne, cítricos, ferro e aço, etc.

As visitas do governo brasileiro a inúmeros países em desenvolvimento buscaram acumular forças para diminuir as gritantes assimetrias econômicas e de poder no cenário internacional. Para tanto propôs e busca executar a criação de rotas de comércio sul-sul, compondo um novo eixo formado pelo G-20, e liderado juntamente com a África do Sul, Índia e China. E as novas relações com governos, baseados em acordos, pesquisas, intenções e convênios, se seguiram às trocas comerciais e investimentos de atores privados. Considerando os resultados, tais ações vão além do posicionamento econômico, tratou-se também de uma contraposição política e ideológica dos países em desenvolvimento em relação aos países ricos.

Embora tais movimentos, ao que parece não se constituam ainda como oposição frontal a agenda neoliberal, mas tentativas de mudança na correlação de forças internacionais em médio prazo mostram-se como sinais importantes que não devem ser desmerecidos. Neste sentido, o parâmetro “desenvolvimentista” defendido pelo governo brasileiro não se confunde com um fechamento nacionalista-estatista tal como se deu ao longo do século XX, mas da busca de um crescimento do mercado interno concatenado com o mercado externo baseado no mercado regulado com vistas ao desenvolvimento social.

A matriz intelectual encontra-se dentro do liberalismo é contemporaneamente hegemônica nas políticas da ONU. Se expressa em grande medida por meio das teorias do economista

Amarthya Sen (Nobel de economia), neocontratualismo (Rawls) e relacionadas ao capital social (Coleman). Mesmo o conteúdo progressista destas teorias do “*desenvolvimento humano*”, que se desdobram politicamente na defesa de investimento públicos massivos em saúde, educação, segurança e consolidação das democracias, mas sem romper com mecanismos de mercado, parecem instrumentalizadas ou distorcidas pela política neoliberal. A norma de focalização das políticas sociais em contraposição à universalização e redistribuição é seu maior exemplo.

Isto posto, a existência de uma ação coordenada da maioria dos países com intuito de diminuir o “unilateralismo dos EUA” não levaram, ainda, uma oposição explícita ao “*unilateralismo do mercado neoliberal*”, cujo eixo é continua sendo um fator determinante ao quais os atuais governos se submetem. Fica claro, portanto, que mesmo o reconhecimento da ineficácia das políticas neoliberais não se seguiu, por parte dos governos, ao abandono em definitivo desta agenda e a adoção de uma nova diretriz, seja ela desenvolvimentista ou redistributivista. A despeito do crescimento das desigualdades sociais, os perigos da recessão econômica, garantias aos investidores no que trata aos cumprimentos de contratos e facilidade de deslocamento de capitais continuam centrais nas recomendações do FMI e Banco Mundial.

Ao se observar o recente cenário da América, a ascensão de forças políticas de esquerda e reformistas aos governos na Venezuela, Brasil e Argentina - só para ficar nos principais exemplos - mostra ser parte da lenta mudança de hegemonia ideológica desde meados da década de 90. As políticas destes governos, como o boicote ao pagamento de juros da dívida por parte da Argentina, juntamente com a política antiamericana da Venezuela, e o multilateralismo brasileiro são exemplos importantes de um novo posicionamento político. As ações para mudança do conteúdo da ALCA praticamente esvaziaram o sentido original da proposta, que deveria ser implementada via “*fast track*” (via rápida) até este ano de 1995. Resulta daí que a ALCA encontra-se paralizada e desfigurada

a tal modo de seu sentido original que fica difícil afirmar qual o sentido que teria neste momento, sendo certo que não, apenas o dos EUA.

Em um contexto amplo, o fato do recuo ideológico do neoliberalismo ter influenciado no processo de vitória de forças políticas reformistas na América Latina, não se segue ou deriva daí à derrota automática do neoliberalismo no plano econômico internacional e a implantação de novas perspectivas anti-mercado. Logo, em um momento em que tal correlação de forças internacional busca colocar os governos como reféns, exemplificada nos acordos com o FMI e Banco Mundial. Cujo não cumprimento implica em estar sujeito à indicadores de risco-país, os limites de ação dos novos governos, na tentativa de gerarem um novo ciclo de desenvolvimento ou de ação estatal redistributiva, esbarra na inexistência de projetos alternativos a altura deste enfrentamento e na ausência de uma correlação de forças favoráveis para tanto, seja internamente, seja dentre os próprios países desenvolvidos. Com isto, a vitória tardia da esquerda reformista na América Latina expõe o impasse entre o desejo de mudanças sociais mais profundas por parcelas da esquerda e da população ao passo que ocorre não uma subordinação automática, mas a imposição de uma margem de ação restrita a estes governos em relação à ortodoxia macroeconômica neoliberal.

Tal leitura oferece pistas importantes para explicar muitas das posições do governo Lula na política interna e externa, principalmente no que tange à política econômica, configurada a partir de uma política de não enfrentamento explícito do neoliberalismo no plano internacional e tentativa de um lento acúmulo de forças no campo diplomático, econômico e ideológico. Todavia, outra interpretação possível é que a transição lenta para um novo modelo de desenvolvimento, ainda que não definido, tem levado, no curto e médio prazo, pelo peso político e econômico do Brasil, justamente a uma espécie de *referendum* à política econômica neoliberal, enfraquecendo perante si mesmo e demais países algumas oportunidade mais rápidas de mudança. A suposta

contradição da ação máxima na margem restrita de ação inclui tal possibilidade, embora não se subordine a ela.

Assim, tal margem restrita de ação, todavia, não tem levado, como nos governos anteriores, ao imobilismo, sendo a saída da construção de alternativas via ação diplomática o fator inovador mais visível (e talvez o possível neste momento), sendo um exemplo importante a oposição à diplomacia dos EUA e o subsequente esvaziamento do conteúdo da ALCA. Por ter combinado a agenda neoliberal com uma organização regional via mercosul e negociação em bloco nos organismos comerciais internacionais, o caso do Brasil é patente. A revitalização do Mercosul, incluindo o México, Chile, e demais os países da América do Sul tem servido como esforço de busca de caminhos também para outros países. Os projetos econômicos de integração, por sua vez, tem seus esforços de viabilização via o empenho do governo brasileiro em aprovar mecanismos de investimentos via BNDES e estatais em outros países menos desenvolvidos tecnologicamente e de infraestruturas. Além disto, podem ser lembrados os recentes acordos para a criação da Petrosul, e entre Mercosul e UEE, China, África, e mais recentemente envolvendo a cúpula dos Cúpula dos Países Árabes.

A reação dos EUA neste período de busca de rompimento de seu unilateralismo criou um contexto em que não existe respaldo internacional para uma guerra unilateral, a estratégia deste tem sido aliviar sua política. Para a Palestina buscou investir na construção de moradias em áreas de desocupação de israelenses. Na América Latina, por sua vez, tem buscado retomar rapidamente sua influência. Para tanto as visitas do ex-secretário de estado dos EUA, Collin Powel e da recém empossada Condolezza Rice, tem servido como tentativa de isolar e inviabilizar o governo de Chaves e endurecer o bloqueio econômico a Cuba, em ambos os casos via ações internas (como apoio político aos grupos conservadores) e com a busca de construção de um “*cercos diplomático*”. Interpretada pelos países latinos como um movimento para restabelecer o intervencionismo

americano na região, a resposta se deu pela reafirmação dos princípios da Carta Democrática de 2001 saiu vitoriosa, conforme defesa do Ministro das Relações Exteriores do Brasil - Celso Amorim - que reiterou, ainda, como contraproposta ao fortalecimento das democracias nos países em desenvolvimento, a diminuição dos incentivos agrícolas dos países desenvolvidos.

Tal proposta de *monitoramento* não ocorre por acaso, mas no bojo de uma instabilidade política regional. Instabilidade que se faz sentir no ascenso dos movimentos e governos de esquerda e reformistas. São os movimentos sociais que pediram a deposição do presidente Lúcio Gutiérrez. A Bolívia, como afirma Evo Morales, liderança do MAS, apresenta um quadro pré-revolucionário após a renúncia de Carlos Mesa. Na Nicarágua, a Controladoria Geral da República pediu ao Parlamento (liberais e sandinistas) a destituição do presidente Enrique Bolaños. Enquanto a Argentina convive com uma disputa eleitoral acirrada. O Brasil, por sua vez, mostra um quadro de acirramento de disputa política entre governo e oposição a partir de denúncias de corrupção no governo e no PT, denúncias estas que surgiram justamente durante o evento do Fórum Global de Combate à Corrupção (!).

Por outro lado, a existência de um acordo tácito entre os países do Mercosul não implica em uniformidade de ação, coexistindo, portanto, diferentes ritmos ao lado de ações coordenadas. Exemplo do exposto é que, enquanto a Argentina rompeu com o FMI e agora busca fazer acordos com diminuição de até 70% da dívida, o Brasil não renovou o acordo e persiste atuando mais no plano simbólico do que efetivo, mantendo todos os preceitos daquela política econômica. Por sua vez, ao romper explicitamente com os EUA e decidir renovar seu arsenal com material bélico da Rússia, a Venezuela radicaliza sua posição – ano menos no plano ideológico - rumo a uma tendência de ruptura neoliberal.

A divergência que vem se acumulando entre Brasil e Argentina, relacionado às importações de produtos entre os dois países (conflito dos produtos da chamada “*linha branca*”) e re-

centemente na concessão asilo político ao presidente deposto do Equador, Lucio Gutiérrez, poderia apontar em sentido contrário à integração. Tal impressão não se fundamenta uma vez que ocorre mais no plano simbólico do que real e é parte do processo eleitoral deste país este ano. Prova disto foi que, enquanto os jornais portenhos partiam para o ataque, diplomatas de Brasil e Argentina fecharam acordos para aprofundar a colaboração. Neste caso a Argentina compartilharia, também, de um maior destaque, liderança e protagonismo na política externa do Mercosul.

Por outro lado, a explicação para tal conflito pode estar ligada, em parte, pelo fato de que, embora o Brasil seja o maior e mais desenvolvido país da América do Sul, ocupa a 72ª posição em IDH no ranking da ONU, apresenta baixos índices de renda e escolaridade é o único em que se fala português. A Argentina, por sua vez é o maior país hispânico da região, é o 32º IDH mundial e apresenta população mais escolarizada. O orgulho nacional argentino sempre se reconheceu como os melhores da América do Sul e não um segundo lugar frente ao “*gigante adormecido*”, e é tal orgulho nacional que Kichner busca capitalizar a fim de se viabilizar eleitoralmente.

Em se tratando da perspectiva do cenário em médio prazo desta política externa, observa-se que tem se mostrado sustentável apesar do quadro de crescente instabilidade. Mas respondido a questão da sustentação externa desta política diplomática, caberia perguntar sobre qual a relação entre a política interna com a política diplomática. Ao que parece, ao invés de uma contradição, a condição para uma política

diplomática “*avançada*” tem sido precisamente o fato de uma diminuição do conflito interno das forças políticas, fator este que, se ocorresse, poria em questão o respaldo internacional do governo brasileiro. O respaldo das elites econômico empresarial advém do superávit na balanças comercial, sendo uma das bases do processo de retomada de crescimento econômico do Brasil, enquanto é o superávit primário, derivado de tal retomada, a garantia dos setores ligados ao capital financeiro a partir de dividendos em juros de título do estado para o capital especulativo.

Quanto aos efeitos ideológicos da questão internacional na política interna, o retorno da questão nacional - em termos menos ufanistas que o nacional desenvolvimentismo ou o mito do “Brasil grande” dos militares - promove ocorre um recuo - ao mesmo tempo - tanto de uma perspectiva provinciana quanto de um mimetismo anglo-saxão e o eurocentricismo presente no ideário social brasileiro e, em certa medida, também na própria política e na diplomacia.

Apesar da política de juros e de superávit primário, um fortalecimento eleitoral da esquerda e um recuo das forças conservadoras no Brasil em decorrência da reeleição do governo Lula têm importância decisiva para o cenário internacional, propiciando um avanço das forças reformistas. Por outro lado, como as disputas políticas entre países e dentro de cada país são mutuamente influenciáveis, em um cenário de crise política e econômica e proporcional aumento de incerteza, bem como uma possível ameaça de derrota eleitoral do governo Lula, tal dinâmica tenderia a se inverter.

## II - Conjuntura Nacional: Pacto social e governo de coalizão

A derrota de Luiz Eduardo Greenhalgh, as velhas e recentes denúncias de corrupção no governo Lula e no PT e o conseqüente desgaste da imagem do PT como partido ético são derrotas do governo, do partido, das tendências políticas de esquerda e das forças políticas

que defendem transformações mais profundas no Brasil. A resposta usual do adiamento da agenda eleitoral de 2006 ajuda a explicar, em parte, a vitória de Severino Cavalcanti e o que se seguiu. Entretanto, embora sirva como pista, não se explica por si mesma e acaba por

criar mais dúvidas do que respostas, sendo necessário não apenas afirmar, mas construir a desvinculação de um simplismo e circularidade analítica. Deste modo, só se torna compreensível à disputa de 2006 analisando o que está em jogo na disputa atual do governo e da oposição. Ao mesmo tempo, só se torna possível entender o atual governo situando-o em termos históricos.

A década de 90 fora caracterizadas como a “*II década perdida*”. Perdida no sentido da recessão e da estagnação econômica, levando à perdas históricas dos trabalhadores em função do aumento do desemprego, mas que, todavia, gerou ganhos diferenciados para o capital produtivo e o capital financeiro nacional e transnacional. Exemplo deste descontentamento pode ser buscado nos efeitos das perdas advindas da abertura comercial, câmbio sobre-valorizado já no primeiro mandato de FHC, na crise econômica de 1998, fechamento e venda de indústrias nacionais, no desemprego e descontentamento de amplos setores sociais com as privatizações. A divisão da unidade das elites representadas pelos partidos de centro e direita, capital financeiro industrial se aprofundou, culminando com a eleição de Lula no processo eleitoral de 2002. Embora tal divisão já estivesse exposta, em menor proporção, pela candidatura de Ciro Gomes, em 1998. Entretanto, naquela eleição, o apoio majoritário da elite à reeleição de FHC resultou, mais uma vez, da ameaça advinda de um cenário de governo do PT. A candidatura de Lula, ainda que se colocasse como moderada, ameaçaria ganhar caso ocorresse segundo turno.

O ponto culminante da crise do modelo neoliberal no segundo mandato de FHC foi a guerra fiscal entre os governos estaduais no oferecimento de vantagens (incentivos e isenção fiscal) na busca das indústrias automobilísticas (como foi o caso da Ford). Tal disputa praticamente esgarçou o pacto federativo e expôs a fragilidade e ausência de projeto de desenvolvimento nacional do governo FHC, aumentando o descontentamento do setor industrial nacional. Não por acaso, José de Alencar, senador por Minas Gerais eleito em 2002 vice de Lula, apresentado igualmente

como *self made man*, advém exatamente do ramo industrial têxtil, sendo este um dos setores que mais perderam com a década neoliberal. Obviamente, a aliança do PT com o PL operou apenas por conveniência, sendo que Alencar deslocar-se-ia do PMDB para o PDT, que acabou apoiando Ciro Gomes. Tentou-se então o PSB, movimento que fora inviabilizado quando este partido decidiu lançar Garotinho à presidente. A filiação ao PL se deu somente para ser vice de Lula. E como é sabido, o PL apoiou Garotinho embora tivesse a o candidato à vice na chapa de Lula. Ou seja, a aliança real apontou para um fator distinto do que seria a coligação, bem como o lançamento de Garotinho não deslocou este partido, posteriormente, para a oposição ao governo Lula. Assim, o deslocamento de Alencar significou, por um lado, o deslocamento do centro para a esquerda (mais especificamente parcelas do PMDB) e - também e igualmente significativo - o deslocamento de setores empresariais nacionais em oposição - não frontal - ao capital financeiro, vide Carta aos Brasileiros..

Acumulando poder eleitoral e experiência administrativa em condições adversas nacional e internacionalmente ao longo de 20 anos, recaiu sobre a esquerda brasileira, principalmente ao PT, cunhar um novo ideário político para chegar à presidência. Para tanto, transitou, desde 1989, não sem conflito interno, de posições de “*ruptura*” para a “*ordem*”. Tal deslocamento encontra um exemplo substantivo em um conceito que é central para se compreender o processo eleitoral de 2002, que é a idéia do “*pacto social*”. Exposto na campanha presidencial, a idéia central presente no termo político “*pacto social*” sintetiza a noção de um projeto nacional desenvolvimentista subordinado ou paralelo à permanência de poder de um mercado especulativo de capitais. Tal fator transcende deste modo, o mero caráter da coligação partidária. A aliança entre capital e trabalho, que aparece personificado e como “*parte visível*” nas pessoas do atual presidente e do vice, contou com um “*terceiro membro*”, que é o capital financeiro, não visível, protagonista no texto da Carta aos Brasileiros, onde se lê o compromisso do novo governo com os

mercados e com o pagamento dos compromissos da dívida externa.

No período eleitoral e ainda hoje, os “*sentidos únicos da mudança*”, ao quais vários setores sociais em disputa se identifica(va)m e reivindica(va)m não existe ou existiu para além de seus próprios grupos. Assim, no âmbito do PT tratou-se da construção de uma (a) ruptura com o capitalismo, defendido (como discurso, pelo menos) pela senadora Heloisa Helena e Babá; (b) de uma ruptura com o neoliberalismo, no caso das tendências de esquerda e centro do PT; ou de (c) um processo lento e gradual de transição para um outro modelo desenvolvimentista, defendido pelos setores moderados do PT e pelo PCdoB. Para o eleitorado mediano – grosso modo - implicava em (d) uma política de geração emprego e reposição das perdas advindas do governo FHC. Por sua vez, coube aos setores empresariais a (e) defesa de sua sobrevivência no mercado interno ou maiores chances de disputar o mercado externo, e para o setor financeiro, (f) manter as condições que propiciaram o crescimento dos lucros advindos da especulação financeira e do mercado de ações na década de 90. Deste modo, embora apresente alguns sinais não contraditórios, o “*sentido da mudança*” - seja por parte da sociedade, seja por parte do novo governo - nasce como uma percepção difusa e sem uma unidade concreta, mas também como um sentido em disputa, que pode ser preenchido por diferentes interpretações e diferentes significados para diferentes setores, seja internamente ao PT, seja entre os diversos setores do eleitorado, seja nos setores econômicos do capital industrial e financeiro.

Em fim, para compreender como e por que se deu tal configuração, deve-se se refutar, de antemão, a afirmação de que o governo operou, de início, sem um plano claro. É na composição de forças sociais que se encontram dirigindo o Estado, ou seja, na composição dos ministérios, que se pode caracterizar o governo. A composição do governo se deu a partir de correlação de forças do capitalismo internacional e nacional. Esquemáticamente, o governo conta com a representação (a) dos trabalhadores: Marina Silva (Meio Ambiente),

Tarso Genro (Educação), Gilberto Gil (Cultura), Agnelo Queirós (Esporte), Olívio Dutra (Cidades), Dilma Rousseff (Energia), Humberto Costa (Saúde). (b) Setor empresarial produtivo: José de Alencar (Defesa), Roberto Rodrigues (Agricultura), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Ciro Gomes (Integração Nacional). (c) Setor financeiro: Antonio Palocci (Fazenda), Henrique de Campos Meirelles (Banco Central), Ricardo Berzoini (Trabalho), Gushiken (Comunicação e Gestão Estratégica).

Resultado do exposto, na arena nacional, setores do capital financeiro e empresarial não apresentam ou representam automaticamente os mesmos interesses. Comparando como o governo FHC, da quase hegemonia absoluta do capital financeiro na condução de diversas políticas dos governos, ampliou-se a direção do Estado a partir das forças que apoiaram Lula, ou que explicitamente não se opuseram à sua vitória. Outra característica é que tais elites econômicas se fazem representar seus interesses, não como outrora, a partir da ação dos partidos de direita e centro unicamente, mas passam a atuar diretamente no centro do executivo federal e na ação do PT. Por outro lado, a situação atual repete a tradição histórica de que a burguesia se faz melhor representar seus interesses de crescimento e acumulação de capital a partir de outros interlocutores, vide o populismo da Era Vargas, os militares na ditadura, e os setores de esquerda no atual governo. Tal ação, antes de ser caracterizado como trãnsfuga ou reformismo, parece ser condição para o acesso, como a manutenção no poder na atual democracia.

O PT - como “*representante dos trabalhadores*” - tem interpretado tal ação com a justificativa de que “*não chega ao poder*” e tampouco ao “*governo*”, estando, porém em posição privilegiada, compartilhando o governo ao coordenar a sua direção. Com isto, tal composição reforça a percepção de que o governo aparece, ao mesmo tempo, como ator, produto da correlação de forças e arena em disputa. É a partir de tal composição que se pode compreender parte importante das disputas internas e externas em torno da política econômica,

industrial, e social do governo. Este caráter tríplice, e em dois sentidos, do novo governo, no aspecto das forças políticas e da expressão de sua ação, cria uma complexidade analítica crescente que tem derrubado o simplismo marxista presente da clássica afirmação do Estado como o “*bureau onde a burguesia gerencia seus negócios*”, palavra de ordem que não vai além de uma compreensão superficial da realidade. E é da relação de cooperação e conflito entre estes três setores, configurando o frágil tripé em que se equilibra o governo Lula, que se pode compreender a concreticidade do “*sentido da mudança*” na ação do governo.

De início, a polêmica em torno desta composição do governo Lula diz respeito à evidente separação de atribuições. Enquanto que os petistas encontram-se na área social, com recursos insuficientes em relação à demanda, o capital financeiro controla a política econômica, e, por sua vez, o capital industrial disputa financiamento e política de juros menores para investimentos. Ou seja, composição do governo reflete, em essência, um compromisso majoritário com uma dinâmica de crescimento econômico sem romper com o capitalismo e sem implementar um papel redistributivo mais profundo tomando o Estado como ator neste sentido.

O núcleo petista coordenador do governo procura resolver as seguintes questões: “*Como criar e manter um novo ciclo econômico virtuoso de crescimento econômico? Como fazer com que todos os setores ganhem com tal crescimento? Como administrar a disputa de interesses e de ganhos diferenciados em curto, médio e longo prazo com a atual composição? Como fazer que tal composição, representada do ponto de vista da posição social, se reflita no campo da política sem gerar instabilidades políticas e econômicas?*” Embora tal equação “*pareça*” impossível de ser resolvida, tem dado mostras que segue caminhando. Este fato passa a ser decisivo para setores tanto de oposição quanto de apoio crítico ao governo.

Em resposta, o governo federal conseguiu, até o momento, e mesmo implementando uma políticarecessivanoprimeiroano,quefuncionou como “*freio de arrumação*”, gerar dividendos

em 2004 e em 2005, seja nos pequenos produtores agrícolas, empresas de mercado interno e exportadores e crescimento de empregos, contraditoriamente, com uma política de juros altos para frear o consumo e a inflação. Aliou, nos dois primeiros anos de governo, alta racionalidade política, econômica e de gestão com elevação da eficiência e carga tributária com diminuição das perdas dos gastos do governo. Em resumo, tornou o Estado permeável à demandas de diversos setores (mesmo que contraditórias em princípio), promotor de desenvolvimento e capaz de endogeneizar o conflito social.

Todavia, destarte a estabilidade com o congresso no primeiro ano de governo, fruto da popularidade eleitoral de Lula e da condução da presidência da Câmara pelo petista João Paulo Cunha, o congresso se encontra dividido em três campos parlamentares. Os setores governistas de esquerda, os setores de oposição, representados pelo PFL, PDT, PPS e PSDB, e parcela do PMDB, os setores de centro, ao qual se situam o PTB, PL e siglas de menor expressão. E desde a posse do governo Lula, a não existência de uma clara maioria governista leva a dificuldades gritantes para levar a votação a agenda do executivo. Uma maioria tênue formada pela soma de forças minoritárias tem feito com que cada uma, em separado, busque maximizar seus dividendos de participação no governo.

A polêmica tem origem de que, em princípio, do ponto de vista da relação entre executivo com o legislativo e partidos políticos, o pacto social ser transversal aos últimos, o que não leva à conclusão de que seja completamente descolado destes, mas não encontra lastro efetivo na maioria destas forças político-partidárias, mas somente em frações destas. Prova disto é o apoio explícito ao governo Lula do grupo do PP polarizado em torno do deputado Delfim Neto, ex-ministro da economia dos governos militares e representante político dos interesses de uma parcela importante do empresariado paulista, comparada com o apoio fisiológicos dos parlamentares próximos a Severino Cavalcanti, do PTB, PL e siglas de menor expressão - e das dificuldades do governo

lidar com sua base de apoio tradicional, como se viu na reforma da previdência, transgênicos, Parceria Público Privado, etc.

Por sua vez, no campo da oposição, o problema principal do PSDB e PFL tem sido o de equilibrar a construção de oposição ideológica ao mesmo tempo reconquistar a posição de liderança dos setores do empresariado e do capital - presentes no interior do governo Lula. Para tanto, usa a tática de desgastar e/ou inviabilizar o governo em ação coordenada com setores dos meios de comunicação e de setores do judiciário, acumulando forças na perspectiva de ganhar a opinião pública. Em alguns aspectos diferenciam-se, entretanto, as táticas do PSDB e PFL. Uma vez que o último tem apresentado dificuldades em emplacar a candidatura de César Maia para presidente nas eleições 2006, o primeiro busca inviabilizar o governo e depois apresentar seu candidato. Neste aspecto, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tem declarado abertamente que o PSDB tem vários candidatos, mas que ele mesmo se apresentaria em situação de “crise institucional”. Pois bem, mesmo que não leve à volta da candidatura de FHC, é a criação de uma crise institucional que enfraqueça o governo o núcleo da estratégia deste bloco.

O primeiro passo no sentido da implosão da base aliada se deu com a eleição de Severino Cavalcanti, deputado de pouca expressão, de perfil conservador e tido como líder do baixo clero do congresso, seguidos das derrotas do governo em diversas votações e indicações do governo federal. A frase *“o Severino representa tudo que eu condeno em política, mas eles merecem”*, proferida pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG), é perfeita para contextualizar o grau da disputa. O segundo passo foi levar o congresso à paralisia. Os mais recentes buscam desestabilizar o governo para forçar uma reforma ministerial de acordo com os objetivos dos partidos de centro. Os resultados destas táticas se fizeram sentir na perda de popularidade do presidente e uma possível ida da disputa de 2006 para o segundo turno. Conforme o instituto Datafolha (5/6/05), *“o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) continua sendo o mais forte candidato, mas tendo diminuído*

*sua força, nos últimos seis meses, para o PSDB”*.

O descontentamento da base aliada do governo estaria ligado ao fato de uma mudança qualitativa nas relações entre executivo e legislativo em relação ao governo anterior. Mas também, em uma perspectiva futura, no fato de que o crescimento do PT representa a diminuição das chances eleitorais em 2006 e, no limite, de um retorno ao poder, para as forças da base fisiológica e de direita ideológica. Tal crescimento do PT poderia, também, implicar em posicionamentos mais à esquerda do governo devido à mudança da correlação de forças interna ao PT em função do PED 2005. Ou seja, tal crescimento, mesmo que dentro dos marcos do capitalismo, com o PT defendendo que o Estado não cumpra um papel redistributivo, representa uma ameaça, independente do tom reformista. Com isto, tal crise, embora ocorra em função de erros também do PT, não resulta de forma isolada de sua ação. Todavia, uma vez que o sucesso do governo e do PT é, por si só, fator retroalimentador desta crise tanto quanto sua derrota acaba por se constituir como um fator externo a ambos e além de seu controle direto, sendo, pois, no limite, administrável, mas que aparentemente não pode ser resolvida, constituindo-se pois, em um frágil equilíbrio dinâmico. Assim, ao contrário do que se esperaria, a proximidade do processo eleitoral tenderia a aumentar o tom da disputa. Assim, a instabilidade política do governo se dá em função dos insucessos para equalizar os interesses diferenciados de aliados e opositores (impossíveis de constituírem um ponto ótimo para todos os atores), manter maioria no congresso e, ao mesmo tempo, acumular força política para manter o chamado pacto social. Entretanto - seja em função tanto da habilidade com que tem conduzido até o momento, seja do fato de que Lula constitua-se ainda como forte candidato à reeleição - o cenário atual, embora signifique um crescimento de dificuldades do governo, parece não significar o início de sua derrota.

Se o deputado federal petista Virgílio Guimarães do PT avaliou corretamente que os partidos de direita e centro não votariam em Luiz

Eduardo Greenhalgh pelo fato deste ser dos setores de esquerda do PT, aliado do MST e dos movimentos sociais, faltou experiência ou sobrou má fé, pois deveria saber também, *ex ante*, que estaria propiciando a desculpa perfeita para que tais setores não votassem no PT, pois não seria admissível que faltasse, justamente ao PT, unidade interna para presidir a Câmara dos Deputados. Tal situação abriria precedente para que um partido minoritário chegasse à presidência da casa. O imobilismo que se seguiu no congresso, posterior à eleição de Severino evidenciou a quebra, frente ao governo e à opinião pública, do temor das forças políticas da direita fisiológica e ideológica em torno do poder de iniciativa do governo federal. Exemplo disto é que não tiveram dúvidas em não permitir a entrada do PT na mesa diretora ou presidindo as principais comissões. A prometida reforma ministerial, que se realizaria após a eleição da Câmara, como “*prêmio aos aliados*”, foi adiada *ad infinitum* por um motivo simples, a não existência clara de uma maioria. As bancadas das forças minoritárias, vitoriosas com a eleição de Severino, preocupam-se em readequar e implementar suas estratégias de reeleição e de poder em médio prazo em função ou da maximização de custos para participar da coalizão governista (vide a tentativa do próprio Severino em indicar um ministro), usando para tanto a paralisia ou derrota do governo no Congresso.

Conjugado com o anúncio da diminuição de espaço do PT no governo via reforma ministerial, processo que vinha se arrastando desde o início de 2003, mas que parecia cada vez mais próximo após a derrota da Câmara, se constituiria naquele momento, como uma dupla derrota. A saída petista através da disputa em torno da coordenação política do governo, cargo ocupado por Aldo Rebelo (do PCdoB, também partido minoritário), se aprofundou e tem se mostrado eficaz. A coordenação política pode assim compensar o poder e a perda de visibilidade pública do partido, permitindo também exercer influência decisiva no congresso após o alijamento da mesa diretora e comissões.

A recente crise, momento em que se coloca

a questão da compra ou não de votos dos parlamentares, é emblemática. Mas o caso Meirelles, Waldomiro Diniz, e, mais recentemente, Roberto Jefferson, não se tratam de anomalias, mas parte da própria dinâmica ao qual fora composto o governo e de sua ação. Também não são iguais. As instabilidades são decorrentes tanto dos setores sociais que se encontram representados no governo, da prática lobbista da política brasileira, e da necessidade, repete-se, de constituição de maiorias no congresso a partir de mecanismos de trocas entre executivo e parlamentares.

O objetivo do governo na composição de tal maioria - mesmo que não programática - formada por partes do PMDB, PP e PTB, tem sido o de garantir as votações necessárias de sua agenda e, se possível, amarrar sua reeleição. Para estas forças, o que importa é a possibilidade de ganhos, no sentido restrito e amplo, no processo eleitoral de 2006 e manter a perspectiva de voltar com mais força ao poder em um futuro governo Lula ou derrotando-o. Ou seja, para uns a reeleição, para outros, compartilhar ou ganhar o “*núcleo do poder*”. É desta dúvida que o PMDB não sabe se lança candidato ao governo federal ou fica como possível vice de Lula. É desta dúvida que o PP de Severino Cavalcante, tenta se salvar e a seu grupo via clientelismo, só que maximizando seus custos frente o governo em busca de liberação de emendas parlamentares e cargos na máquina estatal. Tais ações criam, por si só, um ciclo inflacionário dentre as demais forças, o que só pode ser resolvido com grande habilidade e rearranjos dentro do quadro institucional vigente.

As dificuldades de composição de maioria surgem precisamente do impasse frente à necessidade para efetivar as votações da agenda do executivo com esta composição de interesses incontroláveis. Neste cenário, a tradição do presidencialismo brasileiro não tem sido a de total separação entre executivo e legislativo, como é o caso dos EUA, nem a sua composição a partir do congresso, a exemplo do parlamentarismo europeu. No Brasil, os mecanismos de composição de maioria são complexos e difíceis. As vias negociação “*de varejo*”

já se encontram institucionalizados nas indicações políticas para cargos na máquina federal e na liberação de obras indicadas pelos parlamentares. Por sua vez, o presidencialismo de coalizão, prática de composição do executivo federal a partir composição da maioria no congresso apresenta-se como negociação partidária - “*de atacado*” (ver quadros 1 e 2). O equilíbrio de forças descrito explicaria parte considerável da “*estabilidade*” do governo.

No momento atual em que ocorre um acirramento entre oposição e governo, a reforma política (que também é uma negociação de atacado), tem sido proposta como solução. As bandeiras levantadas são (a) fidelidade partidária, (b) votação em listas fechadas e (c) financiamento público de campanha como instrumento de consolidação do sistema partidário e o modelo democrático, mas com efeitos positivos no futuro, ao qual poderia ser aprovada para salvar a imagem do legislativo frente à crise.

Embora os movimentos sociais de esquerda possam promover ações em defesa do governo Lula, devido aos vários riscos e efeitos na correlação de forças internas e externas, encontra-se descartada (para o governo) a hipótese de enfrentamento do congresso via incentivo destas ações. Com isto a hipótese viável seria a negociação “*de atacado*” via reforma ministerial tende a ser adotada, restando saber se sobre a direção do governo ou da base fisiológica e/ou de oposição. Tal reforma ministerial, iniciada sua discussão no início de 2004 e constantemente adiada é fruto exatamente do fato do governo não vislumbrar uma estabilidade desta “*maioria*” na Câmara. A não ida de Roseana Sarney para um ministério deriva da perda de liderança política de José Sarney e do desgaste na fragmentação do PMDB. Por outro lado, tal situação veio a se agravar com a vitória de Severino, generalizando a falta de controle dos deputados pelas lideranças e fragmentação das bancadas partidárias.

Os motivos do impasse são óbvios, a necessidade de recursos financeiros e políticos associado ao enfraquecimento do PT para que se aumente as chances de reeleição dos deputados dos grupos minoritários nas eleições 2006.

O “cabo de guerra” entre a Câmara e o governo se avolumou a tal ponto que a paralisia decisória tem desgastado o legislativo, embora os prejuízos, de ordem maior sejam para o executivo.

O PSDB, PFL e amplos setores do judiciário e dos meios de comunicação tem agido em concerto. Após a oposição saída do projeto de lei para a criação do conselho federal de jornalismo, os meios de comunicação tem usado a “*liberdade de imprensa*” como fator decisivo na tentativa de pautar o governo, buscando diminuir a margem de manobra e influência deste, do PT e dos movimentos sociais, bem como o acúmulo de forças da esquerda em médio prazo. Ao mesmo tempo em que ocorrem considerações aos poucos investimentos em infra-estrutura, ocorre a crítica ao aumento de gastos públicos (provavelmente nas áreas sociais !); pressão contra a presença majoritária do PT no governo e crítica a base fisiológica, elogio pela política econômica e crítica ao intervencionismo; elogio à política externa e contra uma posição mais independente e antiamericana.

São vários os exemplos deste *cercos opoicionista*. Resultado do equilíbrio de forças entre oposição e governo, mas noticiado sob o suposto de uma “*guerra de dossies*” entre PT e PSDB, em dezembro de 2004 a CPI do Banestado acabou em *pizza*. O processo de criminalização dos movimentos sociais (MST via CPI da terra) continua. A resposta ao pedido do deputado Eduardo da Costa (PSDB), em que o TSE considerou ilegais as contribuições em folha dos cargos comissionadas indicados pelo partido em cargos do executivo, atingindo a arrecação financeira do PT. A decisão do STF em considerar ilegal o monopólio dos Correios abriu – em termos efetivos - um pressuposto para a privatização desta empresa.

Em um cenário de maior desgaste, é provável que haja fragmentação em um maior número de candidaturas de oposição para levar a disputa ao segundo turno. Em meio ao conflito, com o retorno de Garotinho, César Maia, e candidaturas à esquerda, como Heloisa Helena, estaria aberto à brecha por onde o PSDB e PFL voltariam ao poder em 2007, para fazer,

em nova roupagem a idéia do *pacto social* ou, segundo afirmam, com um viés supostamente “*nacionalista*”. Para compreender o grau de disposição destas elites partidárias (PSDB e PFL), meios de comunicação e setores do judiciário, deve-se lembrar que perderam não apenas a Presidência da República, (a) perderam também a liderança em parcelas importantes do capital financeiro e industrial, (b) o controle da câmara dos deputados (ao qual o PSDB buscou bloquear a tradição de que a maior bancada indicava a presidência da Casa), (c) perderam qualitativamente na política diplomática internacional. E, comparando os dois governos, mesmo com o desgaste atual, perdem em popularidade. Tal perda de poder e de símbolos de poder, apesar de recente, é na verdade uma seqüência preocupante para os setores conservadores. A derrota de Greenhalgh, a paralisia do congresso e as denúncias de Roberto Jéferson são reações de quem busca reagir e retomar espaço pondo em cheque o próprio sistema democrático. O fato de que o governo dialogue com movimentos sociais que até então se encontravam fora do círculo estatal, bem como o clamor popular às massas feito por Lula, são aspectos importantes que não podem ser desmerecidos.

Convivem deste modo, no PSDB, duas tendências opostas. Embora um setor objetive desgastar o governo até o fim do mandato, um cenário de crise generalizada não pode ser descartado uma vez que tais setores têm se mobilizado para potencializar ou mesmo de produzir uma crise política que leve a uma crise institucional. Mas o que está em jogo está além da disputa eleitoral, ou mesmo da perspectiva de renovação do poder propiciada por um sistema democrático, trata-se, outrossim, da mudança de posição social e de status de uma elite política recém derrotada pela primeira vez na história do Brasil. Para voltar à posição de poder anterior à derrota, e impedir mudanças superficiais ou profundas que ameacem sua posição histórica, é possível que façam uso de quaisquer meios que julguem necessários, talvez mesmo a por em questão a própria democracia que alardeiam defendê-la. E poderiam fazer ações menos democrática

em nome da própria democracia. Mas uma saída à esquerda para o governo, buscando uma governabilidade a partir da sociedade, com o fortalecimento do PT e dos movimentos sociais, a partir da constituição de uma hegemonia a partir da sociedade, situação em que poderia ser realizada via PED (Processo de Eleições Diretas do PT), encontra-se em aberto uma vez que o acirramento da luta política não interessa ao governo. Assim, no cenário atual de desdobramentos da CPI dos Correios e denúncias de Roberto Jefferson, não se deve subestimar a capacidade do governo em capitalizar a crise a seu favor, diminuindo, ao mesmo tempo, a pressão do PT, da base governista e da oposição ao realizar a reforma ministerial, pagando um preço menor para recompor a maioria com setores fisiológicos.

Contrário ao clima otimista, a imprevisibilidade política que levou à paralisia do congresso, bem com as denúncias de corrupção, influenciaram na alta da taxa de juros e do dólar. Os mecanismos do “*risco-país*” continuam mais ativos do que nunca e o desaquecimento da economia, previsto um crescimento de apenas 2,8% em 2005, aponta para um crescimento de empregos menor que o esperado. O governo, apesar de comemorar o rompimento do acordo com o FMI e buscar no plano internacional meios de transformar os gastos sociais em investimentos, implementou uma gama de políticas pedidas pelo FMI e pelas agências internacionais. Exemplo disto é que o conteúdo das reformas buscou, em sua maioria, garantir espaço para investimentos do capital e não um direcionamento para investimentos produtivos.

Em 2004 o aumento da carga tributária levou a arrecadação recorde (36% do PIB), bem como de superávit primário (4,61% do PIB). Todavia, com o Decreto 5.379/2005, que contingenciou ou R\$ 15,9 bilhões, fazendo com que o Programa Fome Zero perdesse R\$ 1,2 bilhão em recursos. Esporte e Turismo perderam cerca de 80% de recursos, Cultura perdeu 42%, e Transportes 30%. Em 2006 a Lei de Diretrizes Orçamentárias pretende limitar mais ainda os gastos sociais. Em 2004 enquanto que destinou-se R\$ 139 bilhões para os

serviços da dívida interna e externa, 7,29% do PIB foram apenas para pagamentos de juros, e apenas R\$ 84 bilhões foram para os gastos sociais. Em 2004 teve-se US\$ 46,6 bi de juros e amortizações, e apenas US\$ 16 bi em empréstimos. Deste modo, a maior parte do que se arrecadou foi para serviços de pagamento da dívida externa brasileira.

A crítica dos movimentos sociais (MST, CUT, etc.) se deve desde a composição do governo e de seu projeto e da política econômica (taxa de juros, independência do Banco Central) até a velocidade e grau de investimentos nas políticas sociais. Soma-se a isto a aprovação dos transgênicos, a saída de Frei Betto do programa Fome Zero e Carlos Lessa do Ministério do Planejamento preocupou grande parte da base social do partido que, embora apoiem o governo e operem pela reeleição, apresentam críticas a política social e a política econômica. A disputa interna do PT pode cumprir importante papel neste sentido. Para entender como tal disputa irá se dar, sendo preciso definir um pouco quais são os grupos e em função de que se movimentam.

O governo, o PT e a CUT, coordenados pelo chamado Campo Majoritário do PT. Este agrupamento apresenta um núcleo dirigente que, embora concentre poder não controla mecanicamente todo o Campo Majoritário e os demais setores de centro e de esquerda do PT. Tal núcleo tem acumulado experiência política ao longo de 25 anos. Neste caso são as representações do sindicalismo metalúrgico, formado pelo setor automobilístico da CUT, lideranças sindicais elevados à posição de operadores de fundos de pensão e lideranças de renome que operaram a oposição à ditadura ao golpe de 64. Cabe lembrar que os três setores principais que concentram poder no PT, no governo federal e na CUT advêm de uma posição privilegiada na observação do sistema capitalista e do perfil das lutas política nacional e internacional.

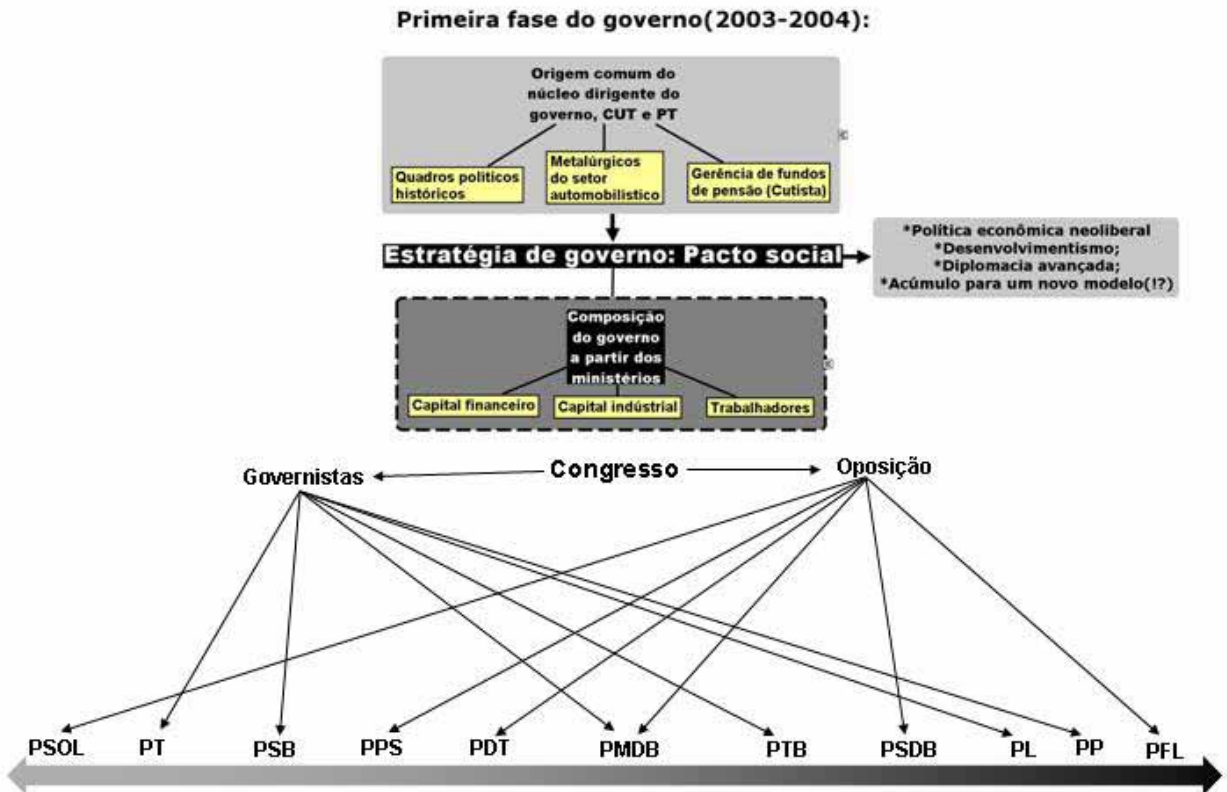
Os primeiros (Lula, movimento sindical do ABC) se relacionam com o crescimento indústria automobilística, que juntamente com a indústria bélica compôs uma das forças

motrizes do capitalismo no século XX. Os segundos (Gushiken, Berzoini) ganharam expressão pós década de 80 e início da década de 90, pela capacidade - via movimento sindical de servidores públicos e ex-estatais - de articular a comprar fatias de estatais privatizadas no Brasil, tal como a Petros, Valia, Previ, etc. Assim, ao que parece - a entrada no mercado de ações via fundo de pensões - repetiu processo semelhante ao ocorrido no movimento sindical europeu e dos EUA desde o fim da década de 70, configurando, juntamente com outras transformações, estratégia de ação do movimento sindical. Os terceiros (Dirceu, Genoio, etc.), advindos da esquerda clássica com vínculos internacionais, cumpriram o papel de amalgamar a unidade e a visão estratégica do governo. Em fim, como hipótese, a posição privilegiada destes três setores frente as transformações da política interna e do capitalismo contemporâneo apresenta a característica de conseguir unificar um lastro social com conhecimento da arena política nacional juntamente com articulação internacional.

Todavia, a idéia de transformação do PT em "*correia de transmissão*" do governo cria dificuldades e resistências constantes em função da natureza do pacto social e das alianças necessárias para viabilizá-lo. Neste aspecto, o fato do pacto social não ter lastro nas forças políticas não dá garantias de sustentação para tal política à longo prazo, de modo que implique em ganhos diferenciados para os diferentes setores dos trabalhadores. Mas a alternativa de governabilidade ampliada, calcada em forças governistas dentro e fora do congresso, e na sociedade, encontra dificuldade de viabilização até mesmo pelo protagonismo principal que estes movimentos depositam apenas no governo.

Concluindo, a mobilização social capaz de pressionar o congresso a aprovar e o governo para implementar medidas mais avançadas, de interesse social, em detrimento do capital financeiro e industrial, tem sido absorvidas pelo Estado sem que este sinalizasse para uma mobilização maior da sociedade civil em prol destas mudanças mais profundas.

**Quadro 1: Composição do governo Lula**



**Quadro 2: Mudança de composição do governo Lula**

